



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

DEPARTAMENTO DE
MEIO AMBIENTE



TERMO DE REFERÊNCIA

APRESENTAÇÃO

Este Termo de Referência tem por objetivo fornecer informações para realização de processo licitatório para contratação de empresa especializada no serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde, nos locais estabelecidos e constantes em mapa anexo, sendo 42 geradores municipais incluídas as instituições filantrópicas e 195 privados (esses condicionados a adesão espontânea), transporte e tratamento por inativação microbiana nível III, autoclave, incineração ou outro tratamento compatível com os resíduos previstos na Resolução CONAMA 358/05, observando-se também a portaria CVS 21 de 10/09/2008 e de acordo com a NBR 10004/2004 e legislação estadual pertinente, visando a preservação dos recursos naturais, o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e de saúde, bem como, a disposição final em aterro devidamente licenciado para esse fim.

1. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se o pedido da contratação em razão das determinações contidas no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 declara que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida”, e acrescenta que cabe “ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*; Lei 12.305/10 de 2 de agosto de 2010 que em seu Art. 10 que incumbe ao Distrito Federal e aos **Municípios** a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio ambiente, do SNVS – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.; Resolução n.º 358 de 29/04/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde; portaria CVS 21 de 10 de setembro de 2008; NBR 10.004/2004 e RDC - Resolução da Diretoria Colegiada - ANVISA nº 306, de 07 de dezembro de 2004, Lei 12.305 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e dá outras providências.



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

2. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR INATIVAÇÃO MICROBIANA NÍVEL III, INCINERAÇÃO OU OUTRO TRATAMENTO TÉRMICO COMPATÍVEL COM OS RESÍDUOS PREVISTOS NO ITEM 3.1 DO TERMO DE REFERENCIA E ATENDIMENTO DAS DEMAIS CONDIÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA-ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO, OBSERVANDO-SE TAMBÉM A PORTARIA CVS 21 DE 10 DE SETEMBRO DE 2008; NBR 10.004/2004, RDC- RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA nº 305/2002, RDC – ANVISA Nº 306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2004, RESOLUÇÃO CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2.005 E LEI Nº 12.305/10 QUE DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO PARA GERENCIAMENTO TÉCNICO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE E LEIS ESTADUAIS PERTINENTES, VISANDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, O ATENDIMENTO AOS PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL E DE SAÚDE, BEM COMO A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3. DETALHAMENTO DO SERVIÇO

3.1. CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

São objetos dessa coleta, transporte, tratamento e disposição final os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), assim classificados:

I - GRUPO A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção.

A1

1. culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;
2. resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;
3. bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

4. sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;

Esses resíduos devem ser tratados utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana, e após o tratamento dos resíduos ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de RSS.

A2

1. carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microorganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica;

Esses resíduos devem ser tratados utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana, e após o tratamento dos resíduos ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de RSS, ou sepultamento em cemitério de animais.

A3

1. peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares;

Esses resíduos devem receber tratamento térmico por incineração ou cremação, em equipamento devidamente licenciado para esse fim e após o tratamento dos resíduos ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de RSS.

A4

1. kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados;
2. filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares;
3. sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.

4. resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo;
5. recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;
6. peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica;
7. carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações; e
8. bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

Esses resíduos devem ser tratados utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana, e após o tratamento dos resíduos ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de RSS,

A5

1. órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfuro cortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

Esses resíduos devem sempre ser encaminhados a sistema de incineração, de acordo com o definido na RDC ANVISA nº 305/2002.

II - GRUPO B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

- a) produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos; imunomoduladores; antirretrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações;
- b) resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfetantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes;
- c) efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores);



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

- d) efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas; e
- e) demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

Resíduos químicos no estado sólido, quando não tratados, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.

V - GRUPO E: Materiais perfuro cortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

As características originais de acondicionamento devem ser mantidas, não se permitindo abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra.

Esses resíduos devem ser tratados utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana, e após o tratamento dos resíduos ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de RSS.

4 – CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

4.1. Quando da execução do contrato a empresa vencedora deverá apresentar os devidos Licenciamentos Ambientais de Operação, comprovados mediante Licenças dos Órgãos Ambientais pertinentes ao referido Estado, bem como registro da empresa no IBAMA, face a necessidade de os estabelecimentos públicos e privados, que geram RSS (Resíduos de Serviços de Saúde), necessitarem de enviar periodicamente Relatório de Gerador de Atividades Potencialmente Poluidora.

4.2. Na hipótese de sub-empregados dos serviços de **Tratamento e Disposição Final em Aterro Licenciado**, a empresa vencedora deverá apresentar quando na execução o Termo de Compromisso registrado em cartório com empresa prestadora de serviço de tratamento de RSS ou carta de anuência detalhada, assinada com firma reconhecida, desde que a empresa prestadora de serviço apresente os licenciamentos ambientais exigidos e que possibilite a



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

obtenção do CADRI; sendo necessário no caso de empresa diversa para tratamento e disposição final, a montagem de um processo para cada empresa.

4.3. No mais, quanto a coleta, transporte, tratamento e disposição final dever-se-á atender aos preceitos da Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2.005 e RDC306/2004

4.4. Para a prestação dos serviços deverão ser consideradas as seguintes observações:

- a) Os veículos para transporte dos resíduos deverão estar providos de carroceria especial, fechada, revestida com material liso, lavável, impermeável, estanque, e que atenda a NBR 8.413.
- b) Os resíduos devem ser recolhidos nos pontos de coleta, com pesagem ponto a ponto, no mínimo três vezes por semana nos pontos de maior produção de resíduos e semanalmente nos demais.
- c) Os resíduos recolhidos deverão ser devidamente acondicionados em sacos plásticos especiais, ou embalagem apropriada, garantindo um adequado acondicionamento de acordo com as normas ambientais vigentes (RESOLUÇÃO CONAMA 358/05).
- d) O veículo destinado a esse serviço deverá apresentar a identificação conforme legislação vigente.
- e) O tratamento dos resíduos provenientes de serviços de saúde, através de processo de incineração ou autoclave ou que atenda a Resolução CONAMA 358/2005, Resolução CONAMA 316/2002, Resolução CONAMA 386/2006, RDC305/2002, RDC 306/2004 e legislação estadual pertinente e conforme detalhado no item 3.1 desse Termo de Referência.
- f) A coleta no ponto de transbordo será realizada através de profissionais técnicos especializados e qualificados com habilitação de acordo com as especificações legais para transporte de cargas perigosas (MOPE – Movimento de Operações Especiais) e munidos de todos os equipamentos de segurança individual.
- g) Na existência de resíduos de classe A3, o mesmo deverá ser acompanhado do laudo de responsabilidade, assinado pelo técnico (médico ou afim) e pelo familiar responsável.
- h) O sistema de tratamento através de incineração dos resíduos deverá atender a Resolução CONAMA 316/2002 e 386/2006.

5. DA QUANTIDADE ESTIMADA



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

5.1. A quantidade estimada de RSS a ser recolhida é de 48.000 kg, sendo o preço máximo admitido por quilo de R\$ 7,90 conforme planilha anexa, totalizando o valor máximo para esta licitação em R\$ 379.200,00.

5.1.1. A fonte do cálculo do valor unitário foi o preço médio por cotação.

5.1.2. A comprovação dos serviços será fechada ao final de cada mês.

5.1.3. A estimativa para a execução dos serviços é período de 12 (doze) meses.

6. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

6.1. Registro da Empresa e do Responsável Técnico da empresa perante à CETESB no CREA

6.2. Atestados de capacidade técnica ou declarações, emitidas por pessoas de direito público ou privado; comprobatórios da aptidão da empresa licitante para execução dos serviços de coleta de resíduos de saúde, devidamente registrado junto ao CREA;

6.3. Licença de Operação para o serviço de Tratamento do RSS emitido por Órgão Ambiental Competente em nome da licitante;

6.4. Licença de Operação para transporte de Resíduos Perigosos emitido por Órgão Ambiental Competente em nome da licitante;

6.5. Licença de Operação para aterro classe II para a destinação final das cinzas ou dos resíduos de serviços de saúde após o processo de Tratamento e Licença de Operação para aterro Classe I, quando da destinação de resíduos sólidos do Grupo B;

6.6. Caso o serviço de disposição final de resíduos em aterro Classe II ou Classe I seja terceirizado apresentar contrato de prestação de serviço;

6.7. Alvará Sanitário Municipal ou Estadual da sede da licitante atualizado;

6.8. Autorização para Funcionamento da sede da licitante atualizado e comprovação que possui PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO para a atividade de Coleta, Transporte e Tratamento de Resíduos de Saúde;

6.9. Deverá ainda a empresa participante apresentar declaração de que reúne condições de viabilizar a obtenção do CADRI – Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais (Instrumento que prova o encaminhamento de resíduos industriais a locais de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, licenciados u autorizados pela agência ambiental).

6.10. Comprovação de que a licitante possui em nome da empresa, Certificado de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis;

6.11. Comprovação de capacidade e treinamento dos funcionários envolvidos na prestação dos serviços. Tal comprovação se dará por certificados de treinamento para o serviço de coleta e



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

transporte de resíduos e carteiras do Curso MOPP (Manuseio de Produtos Perigosos) feito pelos funcionários que estarão diretamente relacionados com a prestação do serviço, além do ASO (Atestado de Saúde Operacional) dos mesmos;

6.12. Declaração emitida pela licitante, relacionando os equipamentos que realizam a coleta, transporte e tratamento dos resíduos, e que o veículo de coleta possui balança móvel para pesagem ponto a ponto dos resíduos coletados objetos da presente licitação;

6.13. A empresa participante deverá apresentar declaração formal de que dispõe de veículos de transportes, tanto da coleta como para transporte externo, e que os mesmos atendem as Legislações e Normas pertinentes para transportes de produtos perigosos, especialmente as Resoluções da ANTT 420/2004 e 701/2004, bem como condições de apresentação de Laudo do INMETRO dos respectivos veículos e habilitados para as referidas funções.

6.14. A empresa participante será responsável pela veracidade das informações contidas nas referidas declarações, sem prejuízo às sanções administrativas e medidas judiciais pertinentes;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

7.1 É de responsabilidade das empresas prestadoras de serviços terceirizados a apresentação de licença ambiental para as operações de coleta, transporte ou destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

7.2. Fornecer os dados por estabelecimentos coletados com sistema próprio de tratamento de RSS, para o registro das informações relativas ao monitoramento destes resíduos, de acordo com periodicidade definida no licenciamento ambiental.

7.3. A coleta e o transporte externos consistem na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou destinação final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação da integridade física do pessoal, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana.

7.4. Seguro Ambiental para coleta e transporte dos resíduos

7.5. Corrigir as irregularidades encontradas na prestação do serviço, especialmente quando notificada pelo Contratante.

7.6. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e por quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o serviço e sobre o pessoal necessário à execução do serviço.

7.7. Responsabilizar-se, no caso de subcontratação, no caso de destinação dos resíduos licenciamentos ambientais exigidos e que possibilite a obtenção do CADRI.

7.8. Manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

- 7.9. Realizar a prestação de serviço de acordo com a solicitação da Secretaria requisitante, impreterivelmente, nas datas e horários estipulados, acatando as Ordens de Serviço, recebidas.
- 7.10. Substituir ou repor o serviço que não estiver de acordo com as especificações do Termo de Referência, em 24 (vinte e quatro) horas, a partir da comunicação feita pela Prefeitura Municipal de Bebedouro.
- 7.11. A licitante vencedora deverá cadastrar os veículos que irão prestar o serviço no Departamento de Trânsito e Transporte (DMTT) da Prefeitura Municipal de Bebedouro.
- 7.12. A Empresa deverá efetuar seu cadastramento junto aos órgãos municipais (Vigilância Sanitária, Prefeitura), tendo em vista prestação de serviço no município de Bebedouro;
- 7.13. A Prefeitura indicará o funcionário que acompanhará as pesagens e não será paga nota fiscal que não esteja acompanhada dos tíquetes de pesagem assinado pelo funcionário municipal que acompanhará as pesagens.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Emitir a Ordem de Serviço à Contratada com antecedência mínima de 03 (três) dias da data da prestação do serviço.
- 8.2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos.
- 8.3. Fiscalizar e supervisionar o andamento e recebimento do objeto licitado, informando à Contratada, quando houver, os problemas para serem corrigidos.
- 8.4. O Município de Bebedouro se reserva o direito de, durante a execução do serviço, manter Comissão Especial para avaliação da qualidade do objeto.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. A validade do Contrato será de 12 meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com as necessidades e também em conformidade com o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 10.1 As despesas orçamentárias correrão por conta do Programa Cidade Limpa 5001, elemento de despesas 3.3.90.39.00, Órgão 10.03.00, Funcional 15.452.5001 e ação 2298.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli

Diretora

Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente